

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)
Grupo de Trabalho: 22 Movimentos Sociais Contemporâneos

As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas.

Rafael Aroni
Professor de Sociologia PEBII
Rede Estadual São Paulo

Resumo - No segundo semestre de 2015, nas escolas públicas no Estado de São Paulo, mais de 200 ocupações de secundaristas fizeram emergir novas formas de ação política coletiva dentro do movimento estudantil e das contestações recentes do campo da esquerda brasileira. O presente trabalho busca refletir a partir da experiência de uma das últimas ocupações ocorrida neste ciclo, da Escola Estadual Otoniel Mota, em Ribeirão Preto/SP, sobre as características desse tipo de movimento estudantil. Busca-se apresentar a revisão bibliográfica e os instrumentais teóricos desenvolvidos sobre movimentos sociais, por Angela Alonso (2009), Sidney Tarrow (2009) e Donatella Della Porta (2014), e aproximá-los ao fenômeno das ocupações e assim produzir reflexões sobre os limites e potencialidades dessa tática de ação política coletiva, frente a novas agendas ultraliberais na gestão da educação pública, e as articulações de resistência a movimentos transnacionais, como ocupações dos secundaristas do Chile, Argentina e Paraguai.

I – Introdução

O presente trabalho busca fazer uma leitura reflexiva e comparativa, a partir da apresentação dos principais instrumentais teóricos explicativos sobre os movimentos sociais, das (os) pesquisadoras (es) Alonso (2009), Tarrow (2009) e Porta (2014), aplicada para o fenômeno das ocupações, em específico o caso da Escola Otoniel Mota, em Ribeirão Preto-SP. A primeira parte é feita uma síntese teórica, a segunda uma apresentação narrativa do processo de ocupação e desocupação daquela escola, a partir de relatos dos estudantes e

das representações criadas pelas mídias (jornais), que são coadunadas as reflexões orientadas por aqueles referenciais teóricos, ao final uma breve perspectiva comparativa de outros movimentos na América do Sul e conclusão.

Parte-se da orientação de Porta (2014) em se reconhecer os limites em se desenhar um quadro narrativo de um estudo de caso, com potencial de revelar teorias gerais sobre fenômenos políticos. Desta sorte, busca-se aproximar da concepção do pluralismo metodológico em combinar inferência e dedução como processos metodológicos que se retroalimentam, com potencial de construir explicações que relacionem o micro e macro, e que possam lançar luz sobre esse fenômeno recente das ocupações, tática presente no repertório dos movimentos sociais brasileiro.

Faz-se a ressalva da pesquisa se delimitar no campo teórico, em se estabelecer uma reflexão crítica dos contornos e limites do processo das ocupações escolares, que já se inscreve como parte recente da história política brasileira, como movimentos de secundaristas que suspendeu a reforma do ensino médio no Estado de São Paulo, em 2015.

II – Perspectivas teóricas comparadas

Numa primeira aproximação ao fenômeno das ocupações escolares podemos inferir que se trata de uma tática utilizada, no Brasil, pelos movimentos sociais de luta pelo acesso a terra e moradia, a partir da década de 1980. Salienta-se de partida, que não é possível dizer que os movimentos das ocupações escolares se configurarão como um movimento social, pela dificuldade em se identificar uma estrutura organizativa permanente. Mas que a teoria dos movimentos sociais pode ajudar e entender melhor esse movimento das ocupações, por tratar de organizações políticas da sociedade civil.

Numa primeira aproximação a revisão feita por Alonso (2009), a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), buscou caracterizar as mobilizações ocorridas pela luta por direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1950. Nesse processo a questão fundamental era compreender o que levava a mobilização política, para além da agenda da luta de classes, do marxismo tradicional. A racionalidade na mobilização foi a principal característica extraída por essa vertente (TMR), na luta por recursos materiais e imateriais.

Desdobra-se dessa matriz teórica, a possibilidade de interpretar as ocupações, como mobilizações políticas, em situações contingentes, de retirada de direitos sociais, e esse elemento mobilizador, extrapolou agendas reivindicatórias classistas, como expressa na campanha salarial sindical, que no ano de 2015, teve maior greve do magistério paulista.

Assim, as ocupações dos secundaristas podem ser interpretadas como uma tática mobilizadora de resistência coletiva a retirada de recursos, já contingenciados da sociedade civil, no acesso ao direito de educação pública, gratuita e de qualidade, dentro da agenda política do Estado de São Paulo.

Essa dinâmica organizativa, que conseguiu incidir com intensidade na mobilização da sociedade civil, apresentou por um lado a limitação do Estado não ter criado canais institucionais, que permitiriam a gestão autônoma e democrática dos recursos. Por outro lado, a ação coletiva dos estudantes também não criou molduras permanentes para o avanço nessa disputa pelos recursos. Portanto, a hipótese é de que o movimento de organização das ocupações não teria um caráter permanente que possibilitaria uma organização que fizesse seus ativistas disputarem recursos, mas apenas uma mobilização temporária contingente, uma tática de luta de resistência. Aventa-se outro ponto a ser investigado, se e como as ocupações incidiram nos repertórios de ações políticas de seus apoiadores, como sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, questão que foge ao escopo tratado neste trabalho.

Na revisão de Alonso (2009), a segunda vertente de análise dos movimentos sociais, a Teoria do Processo Político (TPP), também com teóricos americanos e europeus que buscaram avançar a agenda de pesquisa da sociologia política, de fenômenos de mobilização coletiva e dos debates marxistas sobre a possibilidade e limitações de se pensar a revolução, ainda como estratégia de transformação social. Derivou dessa matriz teórica a perspectiva de análise das mobilizações coletivas pelo aspecto político e pelo aspecto histórico cultural.

Neste ponto, a contribuição de Torrow (2009) com a Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP), caracterizada como mudanças que ocorrem na relação entre Estado e Sociedade Civil, e que permite grupos externos a política, desafiar as ações institucionais. Para o fenômeno das ocupações essa teoria permite analisar a dinâmica relacional desencadeada na sociedade

civil, com ações políticas não institucionais, e que tem o potencial de cessar as dominações cotidianas impostas pela burocracia, e gerar incertezas, indeterminações nos limites convencionais dos conflitos institucionalizados. As ocupações apontam para esse breve momento de abertura ou suspensão temporária de regimes institucionais de gerenciamento da educação, regimes esses que apresentam profundas contradições e ineficiências. Buscar a caracterização desse momento político, extremamente dinâmico e com riqueza de potencialidades que não são autorizadas a existirem nas instituições, permitem enxergar uma oportunidade de outras formas de pensar a educação, que foram elaboradas e executadas pelos secundaristas, dentro de um novo repertório de ação, com mobilizações de contestação, resistência e propostas de novas formas de gerenciamento das instituições escolares, com oficinas culturais, rodas de conversas e manutenção da infraestrutura.

É possível levantar as inquietações em se pensar as ocupações como espaços limiars, um continuum na interlocução entre política institucional contenciosa e política contestatória disruptiva. Entre o macro da ordem social política, da necessidade de se perpetuar as formas de dominações e explorações e dos regimes de acumulação, imbricado com o projeto hegemônico de Estado Ultraliberal, com rotinas burocratizadas, que passam a ser desafiado nas relações micro social, em redes dispersas e diversas de resistência a esse poder de dominação.

A permeabilidade do Estado em aceitar essas reivindicações como legítimas, a capacidade de encontrar apoiadores na sociedade civil e fundamentalmente impedir que a repressão ocorra, foram elementos de sustentação dessas Estruturas de Oportunidades Políticas. Em que medida essa situação é aceita ou não pelo Estado, por mediações ou conciliações ou mesmo opressões? No caso de São Paulo, o projeto de Reorganização foi questionado pelo Ministério Público e Defensoria Pública¹, com pedido de suspensão. A sociedade civil, por meio dos pais e mães de alunos, e mesmo a comunidade do entorno da escola apoiaram o movimento dos estudantes, conformando o bloco dos desafiadores aos detentores do poder Estatal, pela

¹ MP e Defensoria pedem na Justiça a suspensão de reorganização escolar. Isabela Leite, 03/12/2015 15h20 - Atualizado em 03/12/2015 17h44. <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/mp-e-defensoria-pedem-na-justica-suspensao-de-reorganizacao-escolar.html>

negação da agenda política oficial, e inclusão de sua pauta na *polity*. A proposta de criação de estruturas permanentes de oportunidades que estabelecessem essa dinâmica parece que não se concretizaram. Ao longo de 2016, a reorganização escolar ocorreu de forma silenciosa, com o fechamento de mais de 1363 salas de aula (Dados disponibilizados pela APEOESP²).

E o Estado foi além, conseguiu impor a repressão, ao receber autorização da Procuradoria Geral do Estado³, em se criar o instrumento jurídico da autotutela Estatal, criada a partir da interpretação de que o artigo 1.210 do Código Civil, também tem validade para administração pública, e que, portanto, a reintegração dos prédios e cotidianos institucionais de dominação burocrática, não precisa ter posicionamento do poder judiciário, para se autorizar a reintegração. A lógica imposta foi pela criminalização, com a qualificação de estudantes, pais e professores apoiadores, por formação de quadrilha, e depredação de patrimônio público e ameaças com processos administrativos.

Por esse fechamento de canais institucionais, é possível inferir que o gradual isolamento e negação de reconhecimento das identidades culturais e vontades políticas dos participantes das ocupações, os secundaristas. O Estado e as políticas por ele formulados não reconhecem outros meios e canais de participação democrática direta na formulação das decisões de políticas educacionais. O impacto internacional dessa forma de ação coletiva reforçam as limitações de ação do Estado Nacional, como a denúncia apresentada pelos pais de secundaristas, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violações cometidas pela Polícia Militar⁴ na repressão das ocupações. Essas denúncias representariam a circulação de outras formas de mobilização política não institucionalizada em arenas internacionais, para se por em julgamento os caracteres abusivos de repressão a esse movimento.

² Ver: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2016/reorganizacao-disfarcada-fecha-1-363-salas-de-aula-em-sao-paulo/>.

³ Gestão Alckmin libera reintegração de posse sem passar pelo Judiciário. Reynaldo Turolo Jr. Guilherme Brendler. 13/05/2016 2h00 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1770846-gestao-alckmin-libera-reintegracao-de-posse-sem-passar-pelo-judiciario.shtml>.

⁴ Estudantes denunciam à OEA repressão da polícia de SP em manifestações de 2015. Atualizado: 07/04/2016 21h48, Agência Brasil. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/estudantes-denunciam-oea-repressao-da-policia-de-sp-em-manifestacoes-de-2015>

Esse percurso reflexivo, que se aproxima da teoria dos movimentos sociais, permite compreender a dinâmica do processo de mobilização social das ocupações, e seus limites e potencialidades na atuação política, que conformaram novas identidades de atores que não são vistos como sujeitos políticos, com vocação e legitimidade para formulação de vontades políticas no espaço público. Ressalva-se que a imputabilidade das crianças e adolescentes, prevista como fundamento constitucional, já demonstra a tutela do Estado ao assistir a juventude, na limitação de sua potencialidade formativa de proposição de alterações políticas na educação que o Estado fornece. O próprio Estatuto da Criança e Adolescente (Lei n.º8.069) no artigo 53 apresenta limitações na vontade estudantil e ou dos pais, na elaboração da proposta curricular e pedagógica. Essa característica talvez demostre uma nova realidade no esforço desses jovens na disputa pelo protagonismo de atuar politicamente dentro da estrutura da educação sucateada, ao longo de vinte três anos do mesmo governo no Estado de São Paulo, que apresenta como política de longa duração, da progressão continuada ou promoção automática e o sucateamento dos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem, como o mecanismo do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), que apenas afere desempenhos básicos para duas disciplinas, em avaliações padronizadas, que diagnóstica os problemas estruturais, mas não os supera.

Nessa trajetória reflexiva, a última contribuição da vertente dos movimentos sociais, sistematizada por Alonso (2009), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) aponta para processos de construção de identidades coletivas para luta social, que coaduna tanto o cálculo racional do processo político, quanto à dimensão da emoção no engajamento da luta. Assim, é possível inferir que as ocupações foram movimentos de conformação de identidades culturais dos estudantes, o secundarista, pela reivindicação de aspirações imateriais, a educação, e pela luta material por espaços para socialização segura, a escola, além do vínculo de pertencimento ao espaço do território, do bairro (comunidade), onde as escolas estão inseridas.

Assim, a participação nas ocupações tornou-se o ritual cultural fundamental para os estudantes formarem um projeto de resistência, pelo não fechamento de escolas, e que de forma incipiente buscou proposições de

outras maneiras de se organizar a educação, a partir das perspectivas dos jovens, por meio de oficinas culturais pedagógicas de formação humanística, sempre atrelada ao interesse do jovem.

Seguindo as orientações de Porta (2014:5), a capacidade para avançar na análise reflexiva das ocupações escolares, se propõe a metodologia da triangulação de dados obtidos da memória de participação no movimento, relatos dos estudantes e representações desses fatos sociais pelas mídias. Assim a metodologia qualitativa torna-se mais adequada para construção de uma narrativa densa que busque contextualizar e interpretar o movimento de ocupação. Ao mesmo tempo em que é necessário anunciar a questão de pesquisa que orienta essa reflexão e justifica a triangulação como métodos para apresentação e análise de dados, e que possa lançar luz sobre as fronteiras e normas que estariam latentes nos protestos dos secundaristas. A questão que se apresenta é: as ocupações conseguiriam criar instrumentos para construção de estruturas políticas de base popular democrática permanente ou seriam movimentos políticos de resistência transitória contra os ataques de governos, e que trazem no seu bojo a afirmação do Estado, ao reivindicar posições políticas de recuo dos governantes contra o retrocesso de direitos? Emerge uma nova estrutura política permanente de incidência sobre *status quo* do sistema político, que podem reforçar certas estruturas já existentes, e esse fenômeno pode incidir modulando novas formas de atuação política coletiva pela fórmula horizontal para outras estruturas políticas? Nas palavras de Torrow, a modularidade conseguiria incidir também sobre as estruturas políticas mediadoras e contenciosas, com a política partidária e sindical?

“Al hablar de modularidade, me refiero a la capacidad de una forma de acción colectiva para ser utilizada por una variedad de agentes sociales contra una gama de objetivos, ya sea por sí misma o en combinación con otras formas.”(TARROW, 2009: 69).

III – Dos repertórios de lutas esgotados aos renovados

O relato da ocupação em Ribeirão Preto, da Escola Estadual Otoniel Mota, insere-se na dinâmica mais ampla, dos processos de lutas coletivas deflagradas no ano de 2015, frente ao arrocho salarial e não renovação de

plano de reajustes por parte do Governo do Estado de São Paulo⁵. Como consequência, se teve a mais longa greve dos professores do Estado, com mais de 10 assembleias e passeatas na Avenida Paulista, chegando a mobilizar entre 10 a 25 mil professores em cada ato, ações no judiciário pleiteando o dissídio, desdobramentos radicalizados com paralisações de rodovias e marginais e comandos de greves de base descentralizados. A greve durou mais de três meses, contabilizando 92 dias, de 13 de março a 12 de junho, com salários descontados, somente restituídos por decisão do STF, do ministro Dias Tofoli, em 02 de junho, 2015, ao interpretar que o corte do ponto era ilegal por afetar o caráter de verba alimentar do salário, para o professor e sua família.

Importante salientar que a posição de intransigência do governo, ao não negociar qualquer índice de reajuste, protelando para reuniões futuras (modificando a data base de março para junho), justificando que a crise econômica diminuiu a arrecadação, o que impossibilitou qualquer tipo de reajuste para reposição da inflação, associado ao corte de ponto, não reconhecimento do movimento grevista, o que implicou na judicialização do dissídio, todos esses elementos circularam nas relações afetivas entre professores grevistas e alunos. Esses sentimentos foram assimilados no cotidiano da comunidade escolar, como algo extremamente negativo na negligencia do Estado em relação à educação.

O que se observou no retorno da greve, no dia 15 de junho, foi o apoio dos alunos, e não descontentamento por terem ficado sem aula. Para os grevistas a reposição começou em julho e seguiu até novembro. No caso do Otoniel, no mês de julho, as reposições passaram a ocorrer aos sábados. Isso por que as férias haviam sido adiadas por conta da possibilidade de jogos regionais ocorrerem em outubro. E seguiram até dia 28 de novembro.

Durante o período de setembro e outubro, passaram a circular informação de que fechariam escolas em Ribeirão Preto: Jardim Paiva I,

⁵ Não cabe aqui fazer a digressão sobre as Lutas dos professores no Paraná, por conta do tempo, apenas pontuar o fatídico dia 29 de abril de 2015, quando centenas de professores e professoras foram violentamente agredidos por tropas de choque da política militar e impedidos de entrar na Assembleia Legislativa do Paraná, onde seriam aprovadas modificações previdenciárias e de carreira para os funcionários públicos. Apenas pontuar também que o legado desse massacre continuou, quando em 21 de dezembro de 2015, Beto Richa demitiu 30 mil professores temporários.

Geraldo Correia de Carvalho, Pedreira de Freitas e João Augusto de Melo e, em Sertãozinho, a escola Bruno Pieroni. Cinco atos regionais em frente à Diretoria de Ensino foram organizados pela Subsede do Sindicato dos Professores (APEOESP), com mobilização de estudantes dessas escolas e do Otoniel Mota, passeata pelo centro com cartazes, faixas e carros de som denunciando para população essa medida drástica.

No dia 28 de outubro, o anúncio da lista de 93 escolas que seriam fechadas pela reorganização escolar, não incluía nenhuma das escolas listas em Ribeirão Preto. Porém, o impacto para o Otoniel Mota, seria o fato de que a Escola Guimarães, a dois quarteirões, passaria a ser escola de ciclo único fundamental, ou seja, alunos do ensino médio seriam alocados possivelmente no Otoniel. Isso teria implicações como: a possibilidade de superlotação de salas, e os professores ficarem adidos, ou seja, sem trabalho, uma vez que o corpo docente seria realocado no Otoniel, além da escola Guimarães ser municipalizada, já ofertaria o ciclo fundamental.

Em paralelo, a partir daquele anúncio, no decorrer do mês ocorrem três assembleias na capital entre estudantes na articulação da Frente impulsionada pelo coletivo “O Mal Educado” (CAMPOS et al, 2016, p.74) que mobilizou para tática das ocupações os secundaristas. A reação do governo foi de guerra declarada, a cada nova ocupação. O áudio capturado pela Jornalista Laura Capriglione, em reunião realizada em 29 de novembro, na qual Fernando Padula Novaes, chefe de gabinete do então Secretário de Educação Herman Voorwald, anunciava a estratégia de criminalizar o movimento das ocupações, com apoio do então secretário de segurança Alexandre Moraes, que estaria fotografando os veículos estacionados nas proximidades das escolas ocupadas, e identificando seus proprietários, para apresentar denúncia contra a APEOESP, como suposta organizadora das ocupações. Esse seria o fato político fundamental para o governador poder decretar a minuta da reorganização que já estaria pronta desde 26 de novembro, desmoralizar o sindicato que havia perdido a greve e associá-lo aos estudantes das ocupações. A reunião com 40 dirigentes realizadas em São Paulo, num domingo, foi divulgada no Facebook pelos Jornalistas Livres e deixou clara a forma de operar da secretaria de Educação e de Segurança de São Paulo.

Tratar a luta de resistência ao direito de ter acesso à escola como guerra contra criminosos.

Já a ocupação da Escola Otoniel, deflagrada em 01 dezembro, e que durou 13 dias, insere-se na conjuntura macro, de acumulo de lutas, com vitórias parciais, pelo não fechamento de escolas em Ribeirão Preto, realizada pelo sindicato dos professores e comunidade, por meio de atos públicos. Então por que ocorreu a ocupação? Aventa-se que outra dinâmica local estava atrelada a esse processo político. Durante 2015, a Escola Otoniel Mota, passou por três direções diferentes. Já no início do ano de 2015, o diretor fez a atribuição de forma antecipada e assumiu o cargo de supervisor na Diretoria de Ensino. Ficaram apenas as duas vices até o meio do ano, quando no processo de remoção, todos saíram. Uma nova equipe de direção foi formada e impôs um rito administrativo ao cotidiano da escola, extremamente autoritário, gerando diversos conflitos, com alunos, professores, pais e funcionários. Essa foi uma das queixas e ponto de reivindicação dos estudantes que ocuparam a escola, a saída da vice-diretora. Outro ponto, que culminou na ocupação, foi o boicote dos alunos ao SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). A experiência de eles participarem de uma ação coletiva de desobediência e protesto, com implicações de agressões e até ameaças com reprovações e suspensão da emissão de diplomas, só fez reforçar o clima de autoritarismo e tensão. Esses elementos do micro universo da escola estavam se acumulando com um ano de ataques e lutas de resistência à educação pública.

Assim, e possível refletir que a ocupação não foi um processo espontâneo, artificial ou de modismo por mera cópia do movimento da capital do Estado, que surgia repentinamente entre os estudantes. Talvez esse ponto seja central, o peso das medidas anunciadas, as repressões e negligências adotadas, com o acúmulo do processo de precarização das condições de luta pelo trabalho digno para os educadores (o não reconhecimento da greve) e da questionável avaliação da qualidade de educação pelos adolescentes (a avaliação externa do SARESP), incidiram no processo político de maturação das contradições e das lutas sociais de resistência pela educação pública, no ano de 2015, e culminaram na ocupação do Otoniel Mota. Outro elemento salientado pelos próprios alunos foi:

Existia naquele momento diversos motivos para a ocupação, mas a principal era justamente o possível fechamento de até 10 salas do EJA (Ensino de Jovens e Adultos), que atingiria em cheio a vida de trabalhadoras e trabalhadores, que, por conta da falta de oportunidades na vida, não puderam concluir os estudos em tempo hábil e, por isso, optaram por, mesmo depois de certa idade, retornar aos estudos, vendo agora essa oportunidade ameaçada mais uma vez em suas vidas. (SOUZA, 2016: 159).

Importante resgatar que a proposta de reorganização escolar foi anunciada pelo governo em 23 de setembro, sendo que nada ainda havia sido decretado para que se pudessem estudar claramente quais seriam as medidas do governo. De forma genérica o governo anunciava que o objetivo era separar as escolas para que cada unidade passasse a oferecer aulas de apenas um dos ciclos da educação (ensino fundamental I, ensino fundamental II ou ensino médio), o que impactaria com o remanejamento de milhares de alunos e dezenas de professores.

Na segunda semana de outubro, a partir do dia 08, começaram chamamentos diários para atos na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. No segundo ato do dia 09 de outubro, aproximadamente 1000 estudantes fecharam a Avenida Paulista⁶. Nesta ocasião, a ação violenta da Polícia Militar em deter manifestantes encapuzados, com alegação de coibir a prática do *Black Bloc*, acarretou a dupla detenção do jornalista Caio Castor, que fazia imagens para revista Carta Capital, juntamente da detenção do professor de sociologia Luiz Carlos de Melo, da escola estadual Raul Fonseca, no Moinho Velho (zona Sul)⁷ que buscava proteger os adolescentes das investidas violentas da polícia militar.

⁶ Alunos fecham parte da Av. Paulista em protesto contra reforma no ensino Estudantes são contra a reestruturação da rede; dois foram detidos. Governo quer que colégios tenham alunos de apenas um ciclo da educação. - 09/10/2015 08h42 Atualizado em 14/10/2015 11h27
<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/estudantes-bloqueiam-faixas-da-av-paulista-em-protesto-contr-reforma.html>

Contra reorganização escolar, cerca de 1.000 alunos protestam em SP Ato começou na frente do Masp e ao menos dois manifestantes foram detidos pela PM. - 09/10/2015 às 08h33 (Atualizado em 9/10/2015 às 16h21).
<http://noticias.r7.com/sao-paulo/contr-reorganizacao-escolar-cerca-de-1000-alunos-protestam-em-sp-09102015>

⁷ Fechamento de escolas mobiliza alunos em SP Ameaça de fechamento de 150 escolas leva milhares de adolescentes às ruas em todo o Estado contra a decisão de Alckmin de "reorganizar" a educação - por Cinthia Rodrigues — publicado 09/10/2015 12h55, última modificação 09/10/2015 16h43.
<http://www.cartacapital.com.br/educacao/fechamento-de-escolas-mobiliza-alunos-em-sp-2083.html>

Quatro são detidos em protesto de estudantes na avenida Paulista - Atualizada 09/10/2015,13h28,
<http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/10/09/quatro-sao-detidos-em-protesto-de-estudantes-na-avenida-paulista.htm#fotoNav=37>.

Novos chamamentos de atos públicos foram realizados, como a manifestação no dia 15 de outubro⁸, dia do professor. A passeata que teve concentração no Largo da Batata e saiu rumo a Marginal Pinheiros até o Palácio dos Bandeirantes, aglutinaram secundaristas, professores e sindicalistas de setores e orientações políticas diversas, por volta de 2 a 3 mil manifestantes. Nessa manifestação a palavra de ordem foi a de ocupar e resistir frente à reorganização escolar. Essa manifestação ocorreu durante o recesso na Escola Otoniel Mota, por conta da tentativa de realização de jogos estaduais, a escola seria usada como alojamento. O Ministério Público em Ribeirão conseguiu impedir a realização dos jogos por conta de afetar o calendário escolar (25 de outubro a 7 de novembro)⁹, entretanto a reposição antecipada desse recesso já havia ocorrido na segunda quinzena de julho. Pode-se concluir que o movimento de ocupação do Otoniel Mota teve uma dinâmica própria pela escola estar em recesso, no período de mobilização e início da difusão da estratégia de ocupações na capital. Porém a modulação das contradições internas a esse marco de luta política reforçaria a capacidade de difusão e adaptação dessa estratégia a contextos locais e regionais, mesmo não afetados diretamente pelas medidas anunciadas pela reorganização.

IV – O período da Ocupação.

Entre os dias 01 a 14 de dezembro de 2015, a Escola Otoniel Mota vivenciou o complexo processo da ocupação por secundaristas. A trama de atores e instituições mobilizados por esse processo é relatada a seguir.

Na terça-feira, dia 01 de Dezembro, em frente ao portão do estacionamento da escola fechado, uma viatura policial impedia o trânsito em

⁸ Ato de estudantes tem confronto em frente à sede do governo de SP Alunos protestaram contra proposta de reestruturação do ensino estadual. No Palácio, mascarados jogaram pedras e a PM revidou com bomba de gás <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/alunos-de-escolas-estaduais-fazem-ato-contr-reestruturacao-de-ensino.html>

Manifestações em SP: “Cada vez mais a adesão aumenta”

14 de outubro de 2015 <http://ubes.org.br/2015/queremos-dar-evolucao-as-manifestacoes/>

⁹ Ribeirão desiste de Jogos Abertos, mas mantém recesso em escolas

Colégios municipais serviriam de alojamento durante os dias da competição.

Segundo Prefeitura, férias de julho foram reduzidas para alunos e professores. 14 de outubro <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/10/ribeirao-desiste-de-jogos-abertos-mas-mantem-recesso-em-escolas.html>

uma das faixas, e logo atrás carros dos professores congestionavam o trânsito. Dois policiais conversavam com um advogado que dizia ser representante do movimento. Do outro lado da calçada acompanhavam as mediações e negociações dois grupos de professores, os apoiadores da ocupação e os que eram contra a ocupação. Por volta de 10 horas da manhã, a direção informou os professores que estavam liberados, que a escola entraria em recesso até o término da ocupação, que deveríamos voltar para nossas casas e aguardar.

O clima de tensão era grande, os professores apoiadores estavam receosos quanto à possibilidade de investida violenta das forças policiais contra os estudantes, num possível processo de reintegração de posse. No final da tarde do primeiro dia, o juiz da 1ª. Vara da Fazenda Pública de Ribeirão, Reginaldo Siqueira, concedeu liminar a Procuradoria Geral do Estado, dando prazo de 24 horas para que os estudantes desocupassem a escola. Alegou o magistrado:

[...]o que não se admite, porém, em atenção ao princípio da relatividade das liberdades públicas, é a invasão de prédio público ou privado e a tomada do controle de seu acesso, ainda mais quando, como no caso, funcionários são impedidos de trabalhar, em evidente afronta ao direito de posse e em prejuízo aos alunos que querem continuar frequentando as aulas, cujo ano letivo não terminou. (disponível em: <http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/12/justica-manda-estudantes-deixarem-escolas-em-ribeirao-preto-e-franca.html>, acessado em 30 de out. 2016).

Por outro lado, as repercussões positivas dadas pela mídia, principalmente jornais impressos¹⁰, contribuíram para despertar setores culturais e acadêmicos da sociedade civil em dar apoio ao movimento.

Importante ressaltar que no dia 01 de dezembro, o governador publicou o único decreto da reorganização Escolar, Resolução SE 54, de 1º-12-2015, o qual instituiu os procedimentos de transferência de professores e funcionários entre unidades de ensino. O critério seria a alocação e reclassificação segundo o tempo de serviço e alocação dos que não conseguissem ocupar cargos para outras escolas, no mesmo município ou em municípios diferentes, dentro da mesma Diretoria de Ensino.

No segundo dia, os professores apoiadores passaram a fazer períodos de vigílias, por todo o dia, em frente à escola para apoiar e impedir qualquer

¹⁰ Alunos ocupam escola Otoniel Mota, no Centro de Ribeirão Preto, 01/12/2015 08:20, <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,2,2,1122771,Alunos+ocupam+escola+Otoniel+Mota+no+Centro+de+Ribeirao+Preto.aspx>

ação violenta do Estado. Aguardava-se com receio, o Oficial de Justiça notificar os estudantes da reintegração de posse. Fato que aconteceu, porém de forma inusitada, uma vez que a Subsede da APEOESP fora notificada, como responsável pela ocupação. Algo que confirmava a estratégia do governo em criminalizar o movimento e atrelá-lo a luta sindical.

O setor jurídico da entidade sindical sinalizou que a reintegração deveria ser remetida a São Paulo, sede do Sindicato. Durante a manhã, o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da Faculdade de Direito (NAJURP) da faculdade de direito da USP, levou dois estudantes para Defensoria Pública, para tentarem reverter à reintegração a partir do entendimento jurisprudencial de São Paulo, para o caso da Escola Fernão Dias, no qual juízes entenderam que a ocupação não poderia ser reintegrada por policiais, por tratarem de adolescentes protegidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente e que audiências de conciliação na vara da infância e juventude deveriam ser realizadas.

Naquele segundo dia, em certo momento da manhã, a direção da escola tentou entrar na escola, e foi impedida pelos estudantes. A direção buscava criar o fato político para sustentar a decisão da liminar expedida no dia anterior pelo juiz da Primeira Vara de Ribeirão, ao apontar o impedimento do trabalho dos funcionários. Até o período da noite, ainda se tinha nenhum resultado dessas ações, na tentativa de bloquear a reintegração com uso da polícia. Naquela noite, na vigília realizada pelos professores apoiadores, dois policiais da tropa de choque, vestidos a paisana abordaram os professores. Relataram que não queriam fazer a reintegração, pelo histórico de terem já sido denunciados por violações aos direitos humanos ocorridas na reintegração da comunidade do aeroporto e por terem filhos de amigos policiais que estudavam na escola.

Durante o terceiro dia (dia 3 de dezembro, quinta-feira), o Comando da Polícia Militar, convocou uma reunião com mais de 20 entidades da sociedade civil para discutir como procederia com a reintegração de posse, caso ela fosse mantida pela justiça. Naquele momento a polícia buscou evitar ao máximo cumprir de imediato a reintegração de posse, garantiu que conseguiria evitar a reintegração por seis dias, a partir da notificação da justiça.

Nesta mesma data a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Ministério Público Estadual ingressaram com o pedido de suspensão da reorganização escolar.

Quarto dia, 4 de dezembro sexta-feira, a vitória viria a decisão do Tribunal de Justiça-SP em derrubar a liminar de reintegração do Otoniel Mota. O TJ derrubou decisão que obrigava os estudantes a desocuparem a Escola. Na decisão do desembargador Coimbra Schmidt apontava que:

[...] a uma primeira leitura, os movimentos que, pela ocupação, buscam a abertura de diálogo com o Estado objetivando revisão da reestruturação da rede oficial de ensino podem estar apartados dos parâmetros do art. 5º, XVI, da CF, que aponta como não absoluto o direito de reunião. (disponível em: <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/262545505/agravo-de-instrumento-ai-22432322520158260000-sp-2243232-2520158260000>, acessado em: 30 out 2016).

Ou seja, o desembargador reconhece que a ocupação está amparada pela legislação e era uma manifestação democrática legítima. Além disso, o magistrado justificava que atividades culturais estavam sendo realizadas com o intuito de debater sobre o motivo da manifestação, sendo positivo para o aperfeiçoamento intelectual da sociedade.

Neste momento, as ações radicalizadas de desobediência civis realizadas pelos estudantes das ocupações, na capital, com o fechamento das principais vias públicas com cadeiras das escolas, e que foram brutalmente reprimidas pela polícia, na noite de quinta feira dia 3 de dezembro e manhã do dia 4 de dezembro, fizeram a popularidade de o governador despencar em 10 %, caindo de 38%, para 28%, para aqueles que julgavam ótimo e bom, segundo Datafolha¹¹. Próximo ao horário do almoço, o governador chamou uma coletiva de imprensa, interrompeu seus afazeres burocráticos, e anunciou que suspenderia a reorganização e abriria espaço para o diálogo ao longo de 2016, algo que não aconteceu. A revogação ocorreu no sábado dia 05 de dezembro com nova publicação de decreto revogatório da transferência de quadros do magistério.

A semana do dia 07 ao dia 11 de dezembro iniciou um ciclo mais tranquilo para ocupação do Otoniel, visto o recuou da justiça em relação à

¹¹ Popularidade de Alckmin cai e vai a 28%, aponta Datafolha 04/12/2015 07h01 - Atualizado em 04/12/2015 10h04<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/popularidade-de-alckmin-cai-e-vai-28-aponta-datafolha.html>

reintegração e a vitória contra a reorganização do Governo Alckmin, que acarretou na demissão do Secretário de Educação Herman Voorwald.

Na quarta-feira dia 09 de dezembro, os estudantes chamaram os professores apoiadores para lerem uma pauta de reivindicações, com seis pontos, a qual foi protocolada no dia seguinte, quinta-feira junto a Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto. Os pontos eram:

- 1- Afastamento do corpo gestor da escola, Diretor, Vice e Coordenador. Denunciavam de que nos seis meses dessa gestão nunca ocorreu uma reunião de conselho para deliberar a questão financeira, pedagógica ou administrativa. A postura da gestão sempre foi de ameaçar e intimidar a participação.
- 2- A busca por espaços mais democráticos e participativo, com ativação do conselho da escola, e composição entre direção, professores, alunos, funcionários e pais.
- 3- A não perseguição a alunos e professores que apoiaram o movimento da ocupação.
- 4- Que o grêmio tivesse uma sede própria e funcionasse.
- 5- A atualização do Projeto Político Pedagógico a partir do diálogo entre os diferentes setores da comunidade escolar.
- 6- Garantia de existência de um projeto específico de um professor de filosofia.

A desocupação ocorreu no período da manhã da segunda-feira, sendo chamada uma reunião do conselho escolar para deliberar o calendário de reposição, no mesmo dia, por volta de 9 horas da manhã, retomando as rotinas institucionais. Nas palavras dos estudantes:

[...] desocupamos na manhã de segunda-feira do dia 14 de dezembro de 2015, completando então exatos 13 dias de ocupação. Não só isso: completamos 13 dias de reuniões democráticas e atividades +culturais que relataram a nossa realidade como cidadãos negros, LGBTs, mulheres e estudantes. Completamos 13 dias como jovens brasileiros na luta pela educação. (BREMEN, 2016: 166)

A reposição foi programada para ocorrer entre os dias 19 de dezembro até 05 de janeiro, com pausa para as vésperas do natal e ano novo. Essa reposição afetou muito o clima entre professores grevistas apoiadores das lutas estudantis e professores que criminalizaram e desqualificaram essas ações.

Findada a reposição, o calendário letivo de 2016, começou com a atribuição na última semana de janeiro, quando se soube que 10 salas haviam sido fechadas. O fechamento de salas impactou em professores das disciplinas de português e matemática que não conseguiram atribuir sua jornada completa na escola e tiveram que buscar outras escolas, fenômeno observado para outras unidades escolares. Aproximadamente 100 professores efetivos compareceram no segundo e terceiro dia de atribuição da Diretoria de Ensino, para complementar suas jornadas. Segundo levantamento da Subsele da APEOESP, aproximadamente 36 salas foram fechadas em Ribeirão Preto. Demonstrando que o projeto de reorganização continuava de forma silenciosa.

V – Ocupações na América Latina

Em maio de 2006, o processo de ocupações escolares no Chile que mobilizou mais de 100 mil estudantes, na luta pela gratuidade na escola e transporte público irrestrito, conhecido como “revolução dos pinguins” foram às referências para o movimento estudantil paulista. A partir da publicação da cartilha da experiência chilena escrito por argentinos, em setembro 2012, quando do enfrentamento de situação similar de reorganização escolar, no ensino técnico, o manual intitulado “*Como ocupar sua Escola*” (Cómo tomar um colégio), redigido pela Frente de Estudantes Libertários, serviu como documento de referência para mobilização. Como explícito neste manual as ocupações são ações políticas na tentativa já esgotada de outras formas de mobilização política, como atos de rua, para abrir canais de diálogo com o governo na pauta de reivindicação. O manual apresenta um plano de ação estruturado em tarefas organizativas por comissões de limpeza, segurança, imprensa etc, e o modelo de gerenciamento da ocupação pautado na assembleia de participação democrática e direta dos estudantes. Os saldos das ocupações no Chile foram reação violenta do governo com detenção dos estudantes, quando a manifestação atingiu um grau de mobilização em ato de rua com mais de 600 mil participantes. Um desfecho diferente em relação ao Brasil foi a aproximação do movimento das ocupações a partidos políticos, com a eleição da líder estudantil Camila Vallejo (presidenta da Federação dos Estudantes Universitários do Chile), para o parlamento.

No caso do Paraguai, as ocupações começaram em 3 de maio de 2016, e em apenas 3 dias, aproximadamente 72 duas escolas foram ocupadas com

mais 600 escolas apoiando. O movimento tinha por pauta a denúncia de envolvimento da ex-ministra da educação Marta Lafuente, que renunciou após o início das ocupações, por desvio de recursos para compra de alimentos, impedimento dos estudantes se organizarem em associações e não distribuição de materiais didáticos.

Como já apresentado no texto essas lutas que foram sendo mobilizadas e difundidas por outros países, também retornaram ao Brasil, quando em 2016, os estudantes ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pedindo investigações sobre suposto desvio de recursos para merenda escolar.

VI - Conclusão

A dinâmica das ocupações fez emergir novas formas de ação política não institucionalizadas, dentro dos próprios aparelhos do Estado, com ativação dos sujeitos políticos estudantes, que passaram a resignificar suas ações políticas e sociais, criando novos valores para o sentido da ação política coletiva participativa, frente ao anúncio de fechamento de Escolas. A ocupação enquanto ação coletiva de reivindicação do espaço escola e do direito a educação reverberou como resposta desafiadora as práticas institucionalizadas das lutas sindicais empreendidas em 2015, e que não lograram êxito. O fato de o sindicato ter sido objeto da reintegração de posse, no caso da escola Otoniel, reforça a dificuldade do Estado conseguir modular uma estrutura permanente dentro desse fenômeno das ocupações, para mediação de diálogo e futura participação na elaboração da política pública.

A tática das ocupações pelos movimentos sociais já é antiga. O novo está na ocupação de prédio público como instrumento de reivindicação ao direito a educação e não aceitação passiva do oferecimento do serviço público sem qualidade, muito menos a possibilidade de retrocessos com fechamento de escolas.

Novos paradigmas surgiram na compreensão da infância, adolescência e juventude desses sujeitos que são protegidos como vulneráveis e reconhecidos como portadores de direitos civis e sociais, mas negados como sujeitos políticos. Esse é o saldo positivo desse movimento. A participação política realizada pelos movimentos das ocupações não perpassa canais institucionalizados, em que a participação possa ser controlada e dominada por

rituais previamente pensados para cercear o acesso ao poder, principalmente em se conseguir mobilizar recursos para efetivação de necessidades fundamentais como educação libertadora e promotora de direitos humanos, ou como a garantia de alimentos como o ciclo de ocupações pela merenda, brutalmente reprimidas em abril e maio de 2016. O repertório de ação coletiva do movimento estudantil brasileiro passou a ter um instrumento de luta incisivo sobre a formulação da política pública de efetivação do direito a educação. A reverberação dessa forma de atuação sobre as outras estruturas tradicionais trazem inquietações sobre possíveis desdobramentos desse processo.

Ao longo do artigo buscou-se refletir se a tática das ocupações é um instrumento de resistência ou esse movimento secundarista que tem na autonomia e horizontalidade preceitos organizativos fundamentais, criarão estruturas políticas de base popular democrática que conseguirão permanentemente mobilizar forças sociais que acumulem uma urdidura capaz de democratizar realmente as estruturas políticas das instituições do Estado, como conselho de escola, conselho municipal de educação, partidos, sindicatos? Nesse momento de inflexão e retrocesso, fica a dúvida sobre o potencial de desmobilização por via institucional a formas de participação supostamente estabelecidas como democráticas.

As rupturas provocadas pelas ocupações, na cessação das rotinas institucionais de dominação burocrática, permitem surgir elos de solidariedade entre os participantes para construção de estruturas ou movimentos permanentes de ressignificar a participação e ação política ou no limite a ocupação reafirmou novas formas de dominação do Estado?

VIII – Bibliografia

Alonso, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova, 2009, n.76, pp. 49-86.

Campos, A.J.M.; Medeiros, J; Ribeiro, M.M. Escola de Luta. São Paulo:Veneta, 2016.

Bremen, Adriel. “Ocupação Otoniel Mota”, em Fabiana Cristina Severi (org) Relatório de direitos humanos: edição comemorativa 5 anos, Ribeirão Preto, FDDRP, 2016.

Porta, Donatella Della. "Social movement studies and methodological pluralism: an introduction", em Donatella della Porta (editor) *Methodological Practices in Social Movement Research*, Oxford: Oxford Univ. Press, 2014, p. 1-20.

Souza, Seimour. "Uma experiência marcante: o caso da ocupação da Escola Otoniel Mota", em Fabiana Cristina Severi (org) *Relatório de direitos humanos: edição comemorativa 5 anos*, Ribeirão Preto, FDDRP, 2016.

Tarrow, Sidney. *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político*, Petrópolis, Editora Vozes, 2009.